



TROCA DE SABERES (COMUNIDADES DE CACHOEIRA/BA – ACADEMIA): COESÃO SOCIAL À CO-GESTÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA BAÍA DO IGUAPE

Ronaldo Moreno da Silva²
Márcia Aparecida Procópio da Silva Scheer³

Resumo: *Este artigo visa, de forma inicial, fazer uma breve contextualização histórica e socioespacial acerca do surgimento das reservas extrativistas no Brasil. Em seguida, o mesmo se dispõe a abordar as diferentes questões relacionadas às diversas atividades existentes na Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape, através da identificação e das formas de funcionamento das variadas organizações sociais que lá atuam, principalmente as que representam as comunidades tradicionais locais – tal como o Conselho de Quilombos do Vale e Bacia do Iguape – bem como também destacar a necessidade da criação de uma Associação de Usuários da Reserva, pautada em saberes tradicionais, por meio da coesão social das mesmas e de eventuais auxílios da Academia, através da realização de oficinas de troca de saberes.*

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; saberes ambientais; coesão social; reserva extrativista.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Aspectos históricos e socioambientais do surgimento das Reservas Extrativistas

O período de redemocratização do Brasil pós-ditadura militar tem, como um dos marcos históricos ocorridos a partir de 1985, o aumento em escala nacional das manifestações acerca das novas territorialidades de grupos então excluídos dos diversos direitos civis, cerceados por parte do mencionado regime de governo. Tais direitos, associados às necessidades de um considerável apoio da opinião pública para a garantia de melhores condições de vida, perpassam pelo reconhecimento e respeito à sociodiversidade de populações oriundas das chamadas comunidades tradicionais (pescadores, marisqueiras, ribeirinhos, comunidades extrativistas, indígenas) numa alternativa ao atual modelo de desenvolvimento capitalista, através da formação de organizações sociais em redes de solidariedade. Esta medida tem como um dos pressupostos a necessidade da conservação socioambiental, mediante a prática de atividades tradicionais desempenhadas por uma determinada comunidade.

Em resposta a esta necessidade, o Estado brasileiro vem executando diversas demandas socioambientais correlatas, podendo-se destacar a promulgação da lei nº 9.985/00 que se refere à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), cujas diretrizes relacionadas às áreas protegidas fundamentam-se em dois grandes blocos: o de preservação permanente e o de uso sustentável. Neste último, está prevista a utilização social de recursos naturais por populações consideradas como tradicionais, no qual se associam Parques Nacionais, Estações Ecológicas e Reservas Extrativistas (RESEX). Tal bloco representa um significativo avanço nas

² Licenciado e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: ronaldosilva.geo@gmail.com.

³ Doutora em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas e professora adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia. E-mail: maproc@gmail.com.



discussões ecológicas em escala global, no que tange à inserção do homem como elemento determinante para a conservação ambiental, especialmente quando se refere às populações que executam atividades tradicionais como agentes sociais imprescindíveis para a referida conservação, embora já se tem registrado que, desde a década de 1970, uma nova prerrogativa inerente ao manejo de ecossistemas, bem como a agregação de valor aos recursos naturais, através da importância e utilização de saberes tradicionais, já era adotada. No campo político, isso condiz com o reconhecimento dos *traditional ecological knowledge* (TEK – saberes ecológicos tradicionais) exposto na Conferência ECO-92 das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, para a contribuição na gestão dos recursos naturais.

Já na década de 1990, são criadas as primeiras RESEX florestais no Estado do Acre e em demais Estados onde vivem populações extrativistas. Como finalidades previstas em lei, as RESEX têm como propósito o fomento ao desenvolvimento local, associado às prerrogativas de sustentabilidade ambiental, sócio-econômica, política e cultural, mediante o manejo racional dos recursos naturais deliberados por planejamento e gestão participativa, de acordo com ilustrações da estrutura organizacional da RESEX previstas em lei.

Posteriormente ao surgimento das RESEX florestais, foram criadas as RESEX marinhas, por ser entendido que os pescadores e marisqueiras também desempenham semelhantemente atividades caracterizadas como coletoras. No Estado da Bahia, a primeira RESEX marinha surgiu em 2000 na Baía do Iguape, baía esta que dá nome à RESEX.

1.2 A RESEX Marinha da Baía do Iguape

1.2.1 Descrição da área da RESEX

Localizada no Recôncavo Sul do Estado da Bahia - entre os municípios de Cachoeira, São Felix e Maragogipe - a aproximadamente 100 km ao Noroeste de Salvador, a reserva extrativista marinha da Baía do Iguape (ver Figura 1) possui uma dimensão territorial de aproximadamente 8.100 ha, dos quais cerca de 2.800 são terrenos de mangue e 5.300 são águas internas brasileiras, condizentes ao baixo curso do Rio Paraguaçu, cuja extensão se encontra entre o início da jusante da Barragem Pedra do Cavalo (Cachoeira e São Félix) e sua foz (Saubara).

Identificada em grande parte como ambiente flúvio-marinho, a RESEX Marinha da Baía do Iguape é simultaneamente influenciada pela dinâmica marinha da Baía de Todos os Santos – localizada na sua foz – e pela vazão do Rio Paraguaçu. Este fenômeno é extremamente determinante para a existência do ecossistema de manguezal, presente em grande parte nas margens da RESEX marinha que, por sua vez, é um importante e indispensável ambiente para a prática da pesca e mariscagem artesanais, realizadas pela maioria da população local. Além do manguezal, outros ecossistemas podem ser verificados na área como florestas ombrófila densa e submontana, associadas às variadas porções territoriais de cultivos de diferentes espécies agrícolas, tais como coco, banana, cacau e mandioca.

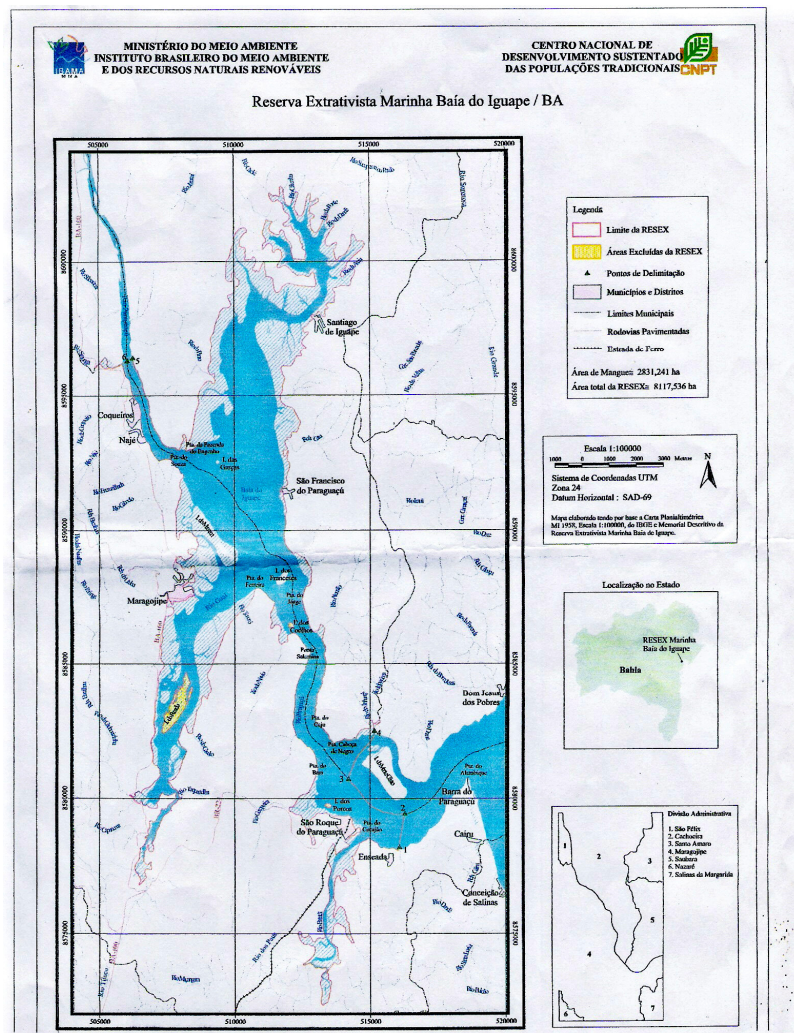


Figura 1: Mapa da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape

1.2.2 Aspectos legais e organizacionais na RESEX

A RESEX Marinha da Baía do Iguape consiste legalmente numa unidade de conservação (UC), preconizada como de interesse ecológico e social, com base no Decreto nº 98.897/90. Conforme o SNUC, ela tem por objetivo garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pelos habitantes locais.

De acordo com a estrutura organizacional prevista em lei, a RESEX é constituída em duas esferas de decisão: um conselho deliberativo e uma associação de usuários, com o objetivo de garantir a governança das UCs, governança esta que se fundamenta numa forma de gestão nivelada e compartilhada de poder, exercida por organizações sociais consideradas formais e informais. Nesta lei, promulga-se que os conselhos deliberativos devem ser dirigidos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e constituídas por órgãos e entidades públicas, organizações da sociedade civil e uma maioria (composta por 51% dos componentes) formada pela população moradora considerada tradicional. No caso da RESEX marinha da Baía do Iguape, o conselho deliberativo é constituído por dezenas de instituições ligadas aos setores público e privado, bem como por organizações sociais que representam diretamente as comunidades locais. Dentre tais instituições, pode-se destacar: a Universidade



Federal da Bahia, o Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP, as Prefeituras dos Municípios de Cachoeira, Maragogipe e São Félix, a Petrobrás, o Grupo Votorantim, o Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape (CECVI) e o Conselho Quilombola do Vale e Bacia do Iguape. Este último é composto por moradores representantes de diversas comunidades locais, tais como Caônge, Calembá, Dendê, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Calolé, Embiara, Tombo, Engenho da Vitória, Caimbongo Velho e Santiago do Iguape, além das comunidades de Dandá, em Simões Filho, e Praia Grande, na Ilha de Maré (Salvador). O Conselho de Quilombo trabalha em colaboração com diversas associações de produtores; são elas a Colônia de Pescadores do município de Cachoeira situada na comunidade de Santiago do Iguape, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Associação dos Apicultores do Recôncavo. A forma de organização do referido Conselho se fundamenta perante o assento constituído por oito representantes de cada comunidade local, cuja quantidade é igualmente distribuída entre homens e mulheres, subdivididos em faixas etárias diferentes.

O Conselho Quilombola do Vale e Bacia do Iguape, organização social sediada no município de Cachoeira, é tido como um exemplo bastante satisfatório e bem sucedido em termos de organização e construção social haja vista a forma como se dá o processo de mobilização e inserção de comunidades locais naquela organização, descritas a seguir: 1) as comunidades locais são convidadas a participarem de reuniões periódicas (quatro no total) com a finalidade de informar e esclarecer a tais comunidades o que vem a ser um conselho de comunidades quilombolas, suas atribuições e seus objetivos; 2) após este processo de informação e esclarecimento e uma vez ocorrida a aceitação das diretrizes que fundamentam o funcionamento do referido Conselho por uma ampla maioria da população das comunidades locais (a partir de 75% da população), as comunidades passam a compô-lo, mediante os critérios supra citados que legitimam a representatividade.

Esta forma de organização do Conselho Quilombola é condizente com o conceito de poder, defendido por Raffestin (1993, p.55) e Arendt (2003, p.213). O primeiro afirma que o poder consiste no agrupamento variável da informação e da energia necessários para a mobilização e organização social de uma determinada sociedade/comunidade. Neste caso específico, a informação é fundamentada pela iniciativa do Conselho em instruir e esclarecer as comunidades locais no tocante ao seu funcionamento próprio assim como em assuntos de interesse das comunidades. Por sua vez, a energia baseia-se no próprio meio de se veicular tais instruções e esclarecimentos, comumente realizadas através das reuniões periódicas, mas sem esquecer os próprios recursos humanos que as populações locais representam e devem ser fortalecidos através da coesão. Nessa perspectiva, H. Arendt enfatiza que o poder é alicerçado na convivência entre os homens, ou seja, na pluralidade humana, poder este pautado tanto na veracidade do que é verbalmente expresso quanto pela diplomacia dos atos, entendida como ausência de violência. Pode-se constatar a confluência desta concepção em relação ao poder com a iniciativa do Conselho em identificar, por meio da veiculação de informações acerca de todas as questões que envolvem seu funcionamento, uma maioria composta a partir de 75% da população das comunidades que, por ventura, concorda com as diretrizes daquele Conselho para, posteriormente, aceitá-lo como entidade representativa. Além disso, a construção e consolidação do poder, segunda a visão da autora, passa pela dinâmica de reuniões regulares. Todo mês, uma assembléia composta de representante(s) de cada comunidade membro do Conselho de quilombos é realizada de forma rotativa – cada mês em uma comunidade diferente – para discutir as questões de interesse comum (ex: problemas fundiários, RESEX marinha, apoios políticos, etc.), cujas decisões retornam às bases (comunidades associadas) para serem discutidas de novo. A observação de uma dessas assembléias, realizada em pesquisa de campo, permitiu ver que as



decisões são tomadas de modo democrático, sem que o coordenador do Conselho ou outra liderança exerça um poder de veto ou influencie sobremaneira a opinião da assembléia.

Graças ao poder do Conselho, de suas articulações com demais grupos sociais e organizações do terceiro setor (FUNDIPESCA, CPP), os quilombolas conseguiram, por exemplo, a aquisição de barcos motorizados, destinados preferencialmente para os transportes entre comunidades, e secundariamente para levar extrativistas para locais de pesca e mariscagem. Vê-se com isso como um grupo coeso, bem assessorado e articulado pode melhorar paulatinamente certas condições de vida e de trabalho, fenômeno que é, até o momento, incipiente entre o conjunto as comunidades pesqueiras situadas no município de Maragogipe.

2 A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DAS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA

2.1 A organização e as condições do trabalho associados à pesca e à mariscagem artesanais

A área em evidência é composta por dezenas de comunidades de pessoas que sobrevivem da pesca e mariscagem artesanais, praticamente o ano todo, bem como por lavradores. Dentre as comunidades que desenvolvem tais atividades, pode-se identificar: Santiago do Iguape, São Francisco do Paraguaçu, Calolé, Dendê e Imbiara.

A maioria da população destas comunidades, por viver em função da pesca e da mariscagem, tem o seu ritmo de vida “conduzido” pelas marés da Baía do Iguape. No período considerado como “alta estação”, compreendido entre os meses de setembro a março, a pesca e a mariscagem tornam-se mais dinâmicas no local, em função do aumento da presença mais expressiva de espécies flúvio-marinhas registradas neste período. Este fato representa, para as comunidades locais, um aumento bastante significativo da renda provinda da comercialização da pesca e da mariscagem desempenhadas nesses meses.

Entretanto, a partir de março até o final de abril de cada ano, mediante uma instrução normativa do ICMBio para a pesca de camarão exercida na RESEX, inicia-se o período do defeso do camarão, que se refere à época de reprodução. Neste intervalo de tempo, os pescadores deste crustáceo ficam legalmente impossibilitados de realizarem a sua atividade. Com isso, a legislação reconhece a importância de contemplar os usos sociais no objetivo de proteção ambiental e da necessidade da sociedade colaborar com o esforço do pescador. Assim sendo, ele recebe um salário-defeso que viabiliza a falta de atividade. Contudo, esse auxílio é recebido para quem é filiado à Colônia de Pescadores. Se o pescador não for filiado à mesma, é vedado a este o recebimento do salário defeso. Em relação às marisqueiras das comunidades locais, ainda não existe na área de estudo alguma organização social que lhes assegure, mediante a promoção da filiação à entidade de classe, os mesmos direitos no período do defeso. Ora, durante a aplicação dos questionários, várias marisqueiras propuseram de instituir um defeso para diversos tipos de mariscos de modo que o manguezal possa “descansar” temporariamente. É interessante notar essas declarações que mostram a pertinência dos saberes ambientais das populações extrativistas. Mas, para que isso seja efetivado, se faz preciso um estudo biológico que demonstre a necessidade de aplicar um defeso para demais espécies. Este fato reflete ainda mais as dificuldades encontradas por tais marisqueiras, na garantia de meios de subsistência para as suas respectivas famílias.

Ressalta-se que, mesmo com certos direitos trabalhistas obtidos através da Colônia, os pescadores e marisqueiras, não raro, se dedicam a outras atividades de modo a completar uma renda mensal irregular e muito modesta. Como exemplo, pode-se citar atividades temporárias



com as de pedreiro e lavrador (no caso dos pescadores) e de doméstica e venda de produtos diversos (no caso das marisqueiras).

2.2 Os destinos das produções pesqueiras e agrícolas das comunidades

Situadas na margem leste da RESEX marinha, as comunidades de Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu consistem nas duas maiores comunidades locais de pescadores, marisqueiras e produtores rurais. A distância entre uma e outra é de cerca de 5 km. Em Santiago do Iguape, de acordo com o levantamento sócio-econômico realizado através da aplicação de questionários em trabalho de campo, grande parte da população (57%) tem na pesca e na mariscagem artesanais os principais meios de subsistência. Entre esses pescadores e marisqueiras, 73% destinam a captura para consumo próprio e comercialização enquanto para 43% dos entrevistados, as atividades pesqueiras constituem uma atividade secundária, geralmente paralela à agricultura e/ou ao extrativismo vegetal. Observa-se dessa forma que o destino da pesca e mariscagem para fins comerciais supera o objetivo de consumo familiar, à exceção das comunidades de Calolé e Calembá, onde 62% e 57%, respectivamente das capturas são voltados ao consumo próprio. Em contrapartida, em São Francisco do Paraguaçu, é através da atividade agrícola que a maioria da população (53%) garante a sua subsistência, embora o contingente de associados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais daquela comunidade corresponda somente a 11% dos entrevistados contra 29% na comunidade de Santiago do Iguape. Em compensação, a comunidade de Santiago do Iguape tem na Colônia de Pescadores um maior número de associados (62%) em relação à comunidade de São Francisco do Paraguaçu (42%), significando que este último distrito propõe outras alternativas de geração de renda.

Nestas duas comunidades, bem como em outras comunidades próximas da baía do Iguape, a atividade agrícola é bastante utilizada como meio de subsistência. Isto se deve, entre outras razões, pela inexistência de um grande contingente de moradores destas comunidades que poderiam se tornar potenciais consumidores de produtos agrícolas, bem como pelo uso da terra nestas comunidades, caracterizadas por pequenas áreas de cultivo de diferentes culturas, comumente denominadas de policulturas de subsistência.

2.3 Diversidade dos apetrechos de pesca e de mariscagem artesanais

Na RESEX marinha, vários apetrechos utilizados pelas comunidades locais para diferentes artes de pesca e de mariscagem podem ser facilmente encontrados. Dentre os apetrechos mais utilizados pelos pescadores locais, destacam-se: espinhel, rede grande, redinha, rede de arrasto, rede de espera, tainheira, camarãozeira, tarrafa e camboa. Quanto às ferramentas para mariscagem, as mais utilizadas pelas marisqueiras são: monzuá, fiska, jereré, facão, enxada e luva.

As artes de pesca, tanto no que se refere ao tamanho e materiais para a produção, quanto à forma de utilização, se diferenciam bastante das artes de mariscagem. Tais artes têm como principais características, a possibilidade de se utilizar em grandes faixas da baía e, por esta razão, permitem a captura de grandes quantidades de espécies marinhas e flúvio-marinhas de variados tamanhos. A utilização das artes de mariscagem, por sua vez, é mais restrita, tanto no que tange à dimensão territorial onde as mesmas são usadas, quanto em relação à quantidade de espécies capturadas. Por esta razão, o ambiente no qual cada arte é utilizada, também tem significativa variação.

As artes de mariscagem são comumente mais utilizadas nas margens dos mangues e próximo aos portos, a exemplo do monzuá e do jereré; enquanto que, as artes de pesca são, na



sua maioria, utilizadas em locais afastados dos mangues e nos canais de maré, tais como a rede grande e a rede de espera. Uma exceção em relação à instalação de arte de pesca próxima das margens de mangues e portos consiste na camboa, identificada como uma das poucas artes de pesca fixa, caracterizada por sucessivas estacas de madeira ou palhas de coqueiro, afixadas paralelamente umas com as outras nas áreas acima citadas.

2.4 A Usina hidrelétrica da Barragem Pedra do Cavalo e os conflitos socioespaciais associados à pesca e à mariscagem artesanais

Localizada entre os municípios de Cachoeira e Governador Mangabeira, a Barragem Pedra do Cavalo (BPC) foi construída na década de 1980 no baixo curso da bacia hidrográfica do Rio Paraguaçu, distando cerca de dois quilômetros das sedes dos municípios de Cachoeira e São Félix e de 140 km de Salvador. Ela faz parte dos reservatórios operados conjuntamente pelo Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ) e a EMBASA. Para a primeira, é atribuída a tarefa de definir estratégias de abastecimento, enquanto a segunda é responsável pela captação e distribuição da água e pelo Grupo Votorantim, incumbido de gerir a barragem. Desde 2004, uma usina hidrelétrica funciona através do aproveitamento da represa Pedra do Cavalo, cuja capacidade de geração de energia hidrelétrica está em torno de 160 MW/h (megawatts por hora), dividida em duas turbinas de 80 MW/h cada. De acordo com a administração da usina, esta produção de energia é suficiente para abastecer cerca de 775 mil habitantes, equivalente a 10% da energia consumida em Salvador e 4% do consumo no Estado da Bahia, além de gerar 42% da energia necessária para a produção da indústria de cimentos pertencente ao Grupo Votorantim. A queda de água passa por dois condutos, cada um com vazão de 76 m³ por segundo.

No que se refere à atividade de geração da energia hidrelétrica, a abertura das comportas para liberação de água da BPC, comumente realizada sem critérios condizentes com as atividades de pesca e mariscagem artesanais, representa um problema para os pescadores e marisqueiras, principalmente das comunidades situadas na foz do rio Paraguaçu como Nagé e Coqueiros. O maior impacto decorre do processo de redução significativa da salinização provocada pela liberação de grande quantidade de água da barragem, no curto intervalo de tempo. Isso faz com que uma grande quantidade das espécies de peixes, mariscos, moluscos e crustáceos fujam para outras áreas – como afirmam os pescadores e marisqueiras - durante vários dias, por não disporem temporariamente de um ambiente propício de água salobra.

Os efeitos socioambientais provenientes desta prática executada de forma frequente e sem critérios são numerosos. Os pescadores e marisqueiras, em razão da diminuição da oferta de peixes e mariscos, procuram outras alternativas de renda e subsistência. Porém essas alternativas, para muitos, nem sempre representam garantias de rendas melhores em comparação com as atividades de pesca e mariscagem. Pode ser citado como exemplo os habitantes da comunidade de Coqueiros. Dentre as 25 pessoas entrevistadas por um grupo de pesquisa que participa do projeto Marena da Universidade Federal da Bahia e que realiza estudos no local, 22 informam que encontram no estabelecimento de uma banca de jogo uma segunda ocupação para a garantia de renda. Uma outra questão inerente às dificuldades encontradas pelos pescadores e marisqueiras corresponde à inexistência, para as pessoas associadas à Colônia de Pescadores e que não dispõem de outra alternativa de renda, de um programa de assistência subsidiado pelo Governo do Estado e pelo Grupo Votorantim. Os trabalhadores da pesca artesanal, ao serem interrogados sobre possíveis ações a implementar que representam uma melhoria nas condições de trabalho e de vida, citaram essa idéia. Ela provém da dificuldade ou até impossibilidade temporária de pescar nos períodos em que é liberada uma grande quantidade de água da barragem.



2.5 Outros conflitos socioespaciais pertinentes à pesca e à mariscagem artesanais

Além da questão da produção de energia hidrelétrica produzida pela BCP como fator de complicação às atividades de pesca e mariscagem, outros diagnósticos socioespaciais constatados em campo através de depoimentos de pessoas se referem à pressão existente sob a RESEX, em razão do aumento de pescadores e marisqueiras na Baía do Iguape. Esta pressão pode ser percebida, mediante a existência de cada vez mais artes de pesca fixas ao longo da RESEX. Pode-se apontar como exemplo a presença de numerosas camboas nas margens dos manguezais, principalmente nos pequenos portos onde se encontram córregos e riachos. A presença das camboas na frente destes pequenos portos inibe a passagem de determinadas espécies de peixes, mariscos e crustáceos para o interior dos mangues, o que também pode comprometer substancialmente a reprodução dos mesmos. Outro problema bastante comum e mais grave, apontado por muitos pescadores e marisqueiras, consiste na grande incidência da pesca com bomba. Tal artefato utilizado na pesca contribui para uma mortandade muito grande de indivíduos de diferentes espécies marinhas e flúvio-marinhas de variados tamanhos, bem como um risco à manutenção destas espécies, em razão do alto poder de destruição que o mesmo tem, ao atingir uma dimensão escalar muito grande, quando lançada na baía.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos diversos problemas existentes na RESEX, a necessidade de uma organização do trabalho para uma melhor gestão participativa da/na mesma torna-se cada vez mais indispensável. Esta organização do trabalho pode ser possível por meio da coesão das numerosas organizações sociais que atuam na RESEX através da criação de uma Associação de Usuário, cujas diretrizes seriam pautadas principalmente nos saberes tradicionais ambientais. Neste sentido, a atuação da universidade se volta para o auxílio à promoção e fomento da união das organizações sociais que atuam na localidade, bem como o apoio ao seu respectivo fortalecimento. Para tanto, a universidade propõe a realização de oficinas com as comunidades locais, tendo como objetivo principal a troca de saberes acadêmicos e tradicionais pertinentes ao ambiente em evidência. Tal proposta já teve seu início em julho de 2007 na comunidade de São Roque do Paraguaçu e em fevereiro de 2009 na sede de Maragogipe. Naquela oportunidade, houve uma participação bastante significativa da população pesqueira, representada por 30 pessoas em São Roque e de 8 e 19 pessoas nas duas oficinas em Maragogipe. Uma reivindicação das comunidades locais do município de Maragogipe que se fez naquela ocasião se refere à apresentação, por parte da universidade, de um modelo de estatuto de associação de usuários de RESEX. Esta reivindicação foi plenamente aceita pela universidade e já está sendo utilizada como recurso nas oficinas posteriores. Para o segundo semestre do corrente ano, a Universidade prevê a realização de oficinas com as comunidades do município de Cachoeira. Nestas oficinas, será discutida, entre outras questões, a necessidade de se constituir uma associação de usuários da RESEX para firmar a coesão das organizações sociais que atuam e representam as comunidades locais. Desta forma, conclui-se que o diálogo de saberes entre comunidades pesqueiras e a Universidade tem-se revelado promissor no intuito de reforçar o capital social presente na Baía do Iguape e deve ser prosseguido para que a associação seja efetivamente criada e implementada.



REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. A condição humana. **10ª Ed. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2003.**

BARRAGEM PEDRA DO CAVALO. www.pedradocavaloenergia.com.br/uhepc.asp?codig=9.
Acessado em 07/04/2007.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E., PINTON, F. **Faces do Trópico Úmido**. Belém: Cejup. 1997.

DIEGUES, A. C. **O mito na natureza intocada**. São Paulo: NUPAUD/USP. 1994.

_____, **Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: NUPAUP/USP, 2000.

IBAMA. www.ibama.gov.br/siucweb/mostraDocLegal.php?seq_uc=1442&seq_tp_documento=3&seq_finalidoc=7. Acessado em 07/04/2008.

LEFF, H. **Saber ambiental**. Petrópolis: Vozes. 1998

MENDONÇA, F. **Geografia Socioambiental**. Terra Livre. São Paulo, n. 16, p.139-158. 1º semestre, 2001.

PRETTY, J. N & PIMBERT, M. P. **Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas**. In: DIEGUES, A. C. Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. Ed. Ética, São Paulo, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.